



INSTITUTO  
FEDERAL  
Alagoas

# BOLETIM INFORMATIVO

## AUDITORIA INTERNA

### NORMATIVOS INTERNOS

[Portaria nº 2870, de 21 de agosto de 2020](#) Designar os membros abaixo relacionados para compor o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE pro tempore do Instituto Federal de Alagoas – Ifal

[Resolução nº 45 / 2020 - REIT](#) Aprova, ad referendum do Conselho Superior, a alteração na Resolução nº 36/CS/2019, de 2/12/2019, que aprovou o Plano de Dados Abertos do Instituto Federal de Alagoas para o biênio 2019/2020

[Resolução nº 46 / 2020 REIT](#) Aprova, ad referendum do Conselho Superior, as normas para concessão de Auxílio Conectividade, em caráter emergencial, em razão da pandemia causada pela COVID-19 e suas repercussões, a ser custeado com recursos orçamentários do Ifal.

[Resolução nº 50 / 2020 - REIT](#) Estabelece as Diretrizes Institucionais para o Ensino Remoto Emergencial, para o ano letivo 2020 e enquanto durar a pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19), no âmbito do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), e dispõe sobre o seu planejamento e a sua execução, na perspectiva do retorno gradual.

[Anexos](#) - Diretrizes para o Ensino Remoto Emergencial no Ifal.

### NORMATIVOS EXTERNOS

[Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020](#). Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[PORTARIA SGD/ME Nº 18.152, DE 4 DE AGOSTO DE 2020](#). Altera a Portaria nº 778, de 4 de abril de 2019, que dispõe sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal – SISF.

[Lei nº 14.035, de 11 de agosto de 2020](#). Altera a [Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020](#), para dispor sobre procedimentos para a aquisição ou contratação de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

[Emenda Constitucional nº 108](#). Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências.

### NOTÍCIAS, ARTIGOS E VÍDEOS

[Gerenciamento da qualidade do projeto: qual a importância e como fazer?](#)

[Catálogos e controle social: Uma discussão para as aquisições em tempos de COVID-19](#)

[IN nº 73/2020 – Novidades, consolidações e aperfeiçoamentos às regras sobre pesquisa de preços.](#)

[Implementando Home Office: cenários, práticas e ferramentas.](#)

[Revista Eletrônica de Administração v. 26, n. 2 \(2020\).](#)

[Webinar - Inovação na Contratação Pública: Como Conseguir Apoio do TCU e do BID?](#)

[Webinario Gobernanza y Creación de Capacidades: Rumbo a la Gestión Pública de Excelencia](#)

[Webinários sobre inclusão e acessibilidade](#)

[Aula Inaugural Especialização em Controle de Políticas Públicas](#)

[Programas de Integridade](#)

[Integridade Pública](#)

[Termo de Ajustamento de Conduta \(TAC\)](#)

Fonte: Ifal, DOU e Ementário de Gestão Pública  
www.ifal.edu.br

Organização: Marília Matsumoto - Auditora - 82 3194-1190/ 82 98174-6538